

DIVERGÊNCIAS E EMPECILHOS QUE INVIABILIZAM A EFETIVIDADE DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

Gabrielle Rezende Nascimento

Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Oeste: Sede - São Luís de Montes Belos, UnU Iporá;
gabirezenden@gmail.com

Resumo: Este estudo analisa a evolução da participação política das mulheres no Brasil e os desafios que ainda enfrentam para alcançar representatividade adequada. O objetivo geral é entender como barreiras socioculturais e estruturais afetam essa participação. O problema de pesquisa procura compreender quais são as principais barreiras que ainda limitam a participação política efetiva das mulheres no Brasil, e como podem ser superadas? A metodologia empregada é uma análise bibliográfica detalhada de fontes que abordam a evolução histórica, desafios contemporâneos e estratégias eficazes para superar os obstáculos enfrentados pelas mulheres. Os resultados indicam que, embora tenha havido progresso, estereótipos de gênero, barreiras educacionais e influências socioculturais como o patriarcalismo e a religiosidade ainda persistem, limitando a efetiva participação das mulheres na esfera política. A conclusão destaca a necessidade urgente de implementar políticas públicas, como cotas de gênero e campanhas de conscientização, para garantir uma representação política mais igualitária e efetiva. Reconhecer e abordar essas barreiras não é apenas uma questão de justiça social, mas uma condição essencial para uma democracia representativa e inclusiva.

Palavras-chave: Empoderamento feminino; Barreiras estruturais; Ação afirmativa; Estereótipos de gênero; Democracia inclusiva.

INTRODUÇÃO

A história da participação política das mulheres tem evoluído para se alinhar com os princípios do estado democrático de direito e da dignidade humana (Alves, 2016). Essa conquista foi resultado de uma luta persistente, considerando o contexto social hostil enfrentado pelas mulheres (Costa *et al.*, 2023). Abordar a participação feminina na política também implica discutir questões como acesso à educação, patriarcalismo, influência religiosa e imprensa feminista, todos interligados ao movimento sufragista (Da Araujo, 2022; Da Luz & Simões, 2016).

A inserção das mulheres na esfera pública ocorreu gradualmente, exigindo a superação de obstáculos religiosos, culturais, econômicos e emocionais (Da Costa & Gonçalves, 2021). Apesar dos avanços, a representatividade feminina na democracia brasileira ainda é insuficiente (Ferreira, 2019). Portanto, entender os motivos e os obstáculos que limitam a participação das mulheres na política é fundamental (Garcia, 2023).

Analisar a história da participação política das mulheres permite compreender os desafios que enfrentam para ocupar cargos públicos e lutar por seus direitos (Lima *et al.*, 2022). É crucial identificar o que já progrediu e o que ainda precisa ser aprimorado

para garantir uma participação política efetiva das mulheres (Matos *et al.*, 2019). A luta pela participação feminina na política continua exigindo esforços constantes para superar as barreiras existentes (Melo, 2022).

A questão do comportamento eleitoral feminino também é relevante, levantando questões sobre a preferência das mulheres por candidatas do mesmo gênero (Rodrigues, 2020). A busca pela igualdade de gênero na participação política permanece como um objetivo central (Santos, 2015).

Portanto, a pergunta central deste estudo é: “Quais são as principais barreiras que ainda limitam a participação política efetiva das mulheres no Brasil, e como podem ser superadas?” Analisar a trajetória e os desafios enfrentados pelas mulheres para ocupar cargos públicos e lutar por seus direitos oferece uma janela para entender o que já progrediu e o que ainda precisa ser aprimorado (Lima *et al.*, 2022; Matos *et al.*, 2019).

Este estudo adota uma abordagem metodológica baseada exclusivamente em pesquisa bibliográfica para explorar as divergências e os empecilhos que comprometem a efetividade da mulher na política brasileira. A escolha desta metodologia é justificada pela necessidade de compreender amplamente as várias dimensões desse problema complexo. A pesquisa foi conduzida através da análise de dados e insights extraídos de uma variedade de fontes acadêmicas, incluindo artigos de periódicos revisados por pares, livros, teses e dissertações que discutem a participação política das mulheres no contexto brasileiro.

A sub-representação das mulheres na política brasileira é um fenômeno amplamente documentado e discutido, sendo objeto de inúmeros estudos e análises ao longo dos anos. A pesquisa bibliográfica permitirá uma compilação e síntese desses conhecimentos, possibilitando uma compreensão mais profunda das causas subjacentes e dos efeitos dessa disparidade de gênero no contexto político do país.

METODOLOGIA DE PESQUISA OU MATERIAL E MÉTODO

Ao investigar as origens e os impactos das divergências e empecilhos enfrentados pelas mulheres na política brasileira, esta pesquisa buscará identificar padrões, tendências e insights relevantes presentes na literatura especializada. Isso incluirá uma análise crítica de teorias, conceitos e evidências empíricas que abordam questões como discriminação de gênero, desigualdade estrutural, estereótipos de gênero, entre outros.

A estruturação da pesquisa bibliográfica envolverá a revisão de estudos

quantitativos e qualitativos, bem como de análises teóricas e ensaios acadêmicos relevantes para o tema em questão. A seleção criteriosa de fontes confiáveis e representativas será fundamental para garantir a qualidade e a credibilidade dos resultados obtidos.

Por meio da análise e síntese das fontes bibliográficas meticulosamente selecionadas, esta pesquisa visa oferecer uma perspectiva holística e fundamentada sobre os desafios e obstáculos que impactam a eficácia da participação feminina na política brasileira. A seleção de fontes inclui estudos acadêmicos, artigos de periódicos e livros que abordam desde a sub-representação feminina em cargos políticos até as estratégias para superar barreiras culturais e estruturais. Entre as principais referências estão trabalhos de Elizete Lanzoni Alves, que explora a participação política feminina no Estado Democrático de Direito; Gabriela Shizue Soares da Araujo, que discute os desafios para uma democracia paritária participativa; e Letícia Giovanini Garcia, que analisa os direitos políticos das mulheres e a aplicação de recursos para a promoção da participação política feminina. Além disso, a pesquisa inclui uma revisão de documentos como leis e estatísticas que destacam a situação atual e as iniciativas em vigor para promover a igualdade de gênero na política.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE COMO GARANTIA DOS DIREITOS POLÍTICOS DAS MULHERES: DESAFIOS ENFRENTADOS

A promulgação da Constituição Federal de 1988 marcou um ponto de ruptura decisivo com qualquer forma de desigualdade contra as mulheres, e todas as formas de discriminação presentes em leis anteriores foram consideradas não recepcionadas, ou seja, não aplicáveis (Alves, 2016). Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, a agitação social influenciou a inclusão abundante do princípio da igualdade no texto final aprovado. O caput do artigo 5º, por exemplo, destaca essa ênfase ao afirmar que "todos são iguais perante a lei", sem distinção de qualquer natureza, garantindo a inviolabilidade à igualdade (Da Araujo, 2023).

Gabriela Shizue Soares da Araujo (2023) observa que a Constituição de 1988 é profundamente comprometida com o princípio da igualdade, contendo dezenas de dispositivos que asseguram a igualdade de maneira expressa ou implícita. Isso indica que,

no plano formal, a desigualdade foi eliminada, salvo nos casos em que seja necessária para manter ou restabelecer o equilíbrio entre as pessoas. A Constituição garante condições isonômicas para o exercício de direitos entre as pessoas, seja pelos seus pares ou pela própria lei (Da Costa & Gonçalves, 2021).

Porém, a igualdade formal não implica necessariamente em igualdade substancial. A Constituição busca garantir a igualdade substancial entre todas as pessoas, incluindo as mulheres, o que está alinhado com os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil de erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (Costa *et al.*, 2023).

Em relação aos direitos políticos, a aplicação do princípio da igualdade pouco inovou em benefício da mulher, uma vez que os direitos políticos ativos e passivos já estavam garantidos anteriormente. No entanto, a obtenção de outras igualdades, como o reconhecimento de direitos até então em desigualdade com os dos homens, contribuiu significativamente para a equiparação das mulheres na esfera política (Ferreira, 2019).

A Constituição de 1988 garantiu condições equivalentes para os desiguais, com os mesmos poderes e direitos, permitindo que as pessoas atuem livremente sem se sentirem inferiores em relação aos outros (Lima *et al.*, 2022). Esta vinculação da lei ao princípio constitucional da igualdade visa tratar equitativamente todos os cidadãos, sem deferir disciplinas diferentes para situações equivalentes (Garcia, 2023).

A lei, ao discriminar situações e pessoas para produzir um resultado isonômico entre elas, busca efetivar o princípio da igualdade material (Matos *et al.*, 2019). Assim, a inserção da mulher na política nas décadas de 90 foi uma tentativa de promover a inclusão do outro, deixando de ser uma simples permissão de acesso para se tornar um convite à participação, reconhecendo o outro como um dos nossos (Da Luz & Simões, 2016).

O princípio da igualdade é uma pedra angular do Estado Democrático de Direito e dos regimes democráticos em geral (Alves, 2016). Ele se baseia na ideia fundamental de que todos os cidadãos devem ser tratados de forma igual perante a lei, independentemente de características como gênero, raça, religião, orientação sexual, entre outros (Costa *et al.*, 2023). No contexto da participação política das mulheres, o princípio da igualdade é crucial para garantir que elas tenham acesso equitativo aos direitos políticos e às oportunidades de participação na vida pública (Da Araujo, 2022).

No âmbito da política, o princípio da igualdade significa que as mulheres devem ter os mesmos direitos e oportunidades que os homens para concorrer a cargos eletivos,

votar, influenciar a formulação de políticas e ocupar posições de liderança (Lima *et al.*, 2022). Isso implica não apenas em garantir a ausência de discriminação direta, mas também em abordar as disparidades estruturais e sociais que impedem as mulheres de participar plenamente da vida política (Matos *et al.*, 2019).

A aplicação do princípio da igualdade na política requer a implementação de medidas afirmativas e políticas públicas específicas destinadas a superar as desigualdades de gênero existentes (Da Araujo, 2023). Isso pode incluir a adoção de cotas de gênero, tanto na composição de órgãos legislativos quanto nos processos de seleção de candidaturas partidárias, bem como a implementação de programas de capacitação e empoderamento político para mulheres (Garcia, 2023).

O princípio da igualdade na política exige o combate ativo à violência política de gênero e à discriminação sistêmica contra as mulheres na esfera pública (Rodrigues, 2020). Isso significa criar mecanismos eficazes de proteção e responsabilização para lidar com casos de violência, assédio e intimidação dirigidos a mulheres políticas, bem como promover uma cultura política que respeite e valorize a diversidade de experiências e perspectivas das mulheres (Santos, 2015).

O princípio da igualdade desempenha um papel central na promoção da participação política das mulheres, garantindo que elas tenham as mesmas oportunidades e direitos que os homens para contribuir para a vida política e democrática de suas sociedades (Da Luz & Simões, 2016). É um princípio fundamental que deve ser defendido e fortalecido para alcançar uma representação política verdadeiramente equitativa e inclusiva.

O princípio da igualdade é fundamental para garantir os direitos políticos das mulheres, enfrentando diversos desafios ao longo da história. Alves (2016) destaca que, no contexto do Estado Democrático de Direito, a participação política das mulheres deve ser assegurada de maneira igualitária, sem discriminação de gênero. No entanto, a realidade mostra que a violência política de gênero ainda é uma barreira significativa para a participação das mulheres na política (Costa *et al.*, 2023). A persistência dessas formas de violência reflete uma cultura patriarcal arraigada na sociedade brasileira, como observado por Ferreira (2019) em seu estudo sobre a sub-representação das mulheres na política nacional.

Para superar tais desafios, é necessário um esforço conjunto para promover a democracia paritária participativa, como proposto por Da Araujo (2022; 2023). Isso

implica não apenas na implementação de políticas públicas específicas, mas também na transformação das estruturas e práticas políticas que perpetuam a desigualdade de gênero (Da Costa & Gonçalves, 2021). Nesse sentido, a representatividade de mulheres na política torna-se essencial para garantir a inclusão de perspectivas femininas na tomada de decisões políticas (Lima *et al.*, 2022).

A análise histórica da participação feminina na política, como conduzida por Matos et al. (2019), revela a persistência de uma sub-representação feminina na esfera política, apesar dos avanços alcançados ao longo do tempo. Melo (2022), ao estudar a produção de políticas públicas voltadas para as mulheres, ressalta a importância da participação ativa das mulheres na formulação e implementação de políticas que atendam às suas necessidades e demandas específicas.

Nesse contexto, a luta das mulheres por uma participação política efetiva é marcada por avanços e retrocessos, como observado por Prezotto (2023) em seu estudo sobre as lutas e desafios enfrentados pelas mulheres na política brasileira. A compreensão do comportamento eleitoral feminino, conforme analisado por Rodrigues (2020), também é fundamental para entender como as mulheres exercem seu direito ao voto e como esse comportamento pode influenciar a representatividade política feminina.

Diante desses desafios, Santos (2015) destaca a importância da busca pela igualdade de gênero na participação política como um princípio fundamental para o fortalecimento da democracia. A implementação efetiva desse princípio exige o engajamento contínuo de instituições, partidos políticos, organizações da sociedade civil e da própria sociedade em geral, visando garantir a plena realização dos direitos políticos das mulheres e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse contexto, é imperativo reconhecer que a igualdade de gênero na participação política não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para garantir a representatividade e legitimidade das instituições democráticas. A participação ativa das mulheres na política não só amplia o escopo das agendas políticas, trazendo à tona questões negligenciadas, como também fortalece a qualidade da democracia, ao refletir a diversidade e pluralidade da sociedade.

No entanto, os desafios persistem e são multifacetados. A violência política de gênero, por exemplo, continua a ser uma realidade alarmante, inibindo a participação das mulheres na política e minando sua integridade física e psicológica (Costa *et al.*, 2023). Essa forma de violência muitas vezes busca deslegitimar a presença feminina na esfera

política, perpetuando estereótipos de gênero e reforçando estruturas de poder patriarcais.

Para avançar na promoção da igualdade de gênero na política, é essencial abordar essas questões de maneira holística e coordenada. Isso envolve a implementação de medidas concretas, como políticas de incentivo à candidatura de mulheres, programas de capacitação política específicos e a criação de mecanismos de proteção contra a violência política de gênero (Garcia, 2023). Além disso, é fundamental fomentar uma cultura política inclusiva e igualitária, que valorize e respeite a diversidade de experiências e perspectivas das mulheres na política (Da Luz & Simões, 2016).

PERCEPÇÕES SOCIAIS E POLÍTICAS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA.

Para entender a dinâmica da participação política das mulheres, é crucial analisar as percepções sociais e políticas de gênero que influenciam a construção da identidade política feminina. Essas percepções são moldadas por uma série de fatores, incluindo normas culturais, valores sociais e representações simbólicas de gênero (Alves, 2016).

No contexto brasileiro, as percepções sociais sobre o papel das mulheres na política muitas vezes refletem estereótipos de gênero arraigados na sociedade. Tradicionalmente, as mulheres são associadas a papéis domésticos e familiares, enquanto os homens são vistos como líderes naturais e autoridades políticas (Ferreira, 2019). Essas percepções podem criar barreiras para a participação das mulheres na política, ao reforçar a ideia de que elas não são adequadas ou capazes de exercer liderança política.

A absorção cultural da nova regra jurídica, após sua introdução na Constituição Federal de 1988, ocorreu de maneira relativamente rápida. Movimentos feministas das décadas de 70 e 80 já haviam iniciado uma transformação na percepção da igualdade de gênero nas famílias brasileiras, embora ainda houvesse resistência por parte do orgulho masculino. No entanto, a imposição constitucional dessa igualdade gradualmente enfraqueceu a supremacia masculina, concedendo à mulher uma condição de igualdade (Alves, 2016).

Outro fator relevante foi a proibição de diferenciação salarial, de funções e critérios de admissão com base em sexo, idade, cor ou estado civil, estabelecidos pelo artigo 7º, inciso XXX, da Constituição Federal. Isso contribuiu para elevar o prestígio feminino e empoderar as mulheres para além do âmbito profissional (Costa *et al.*, 2023).

Embora essas mudanças tenham trazido influências positivas no campo formal,

a efetividade ainda não foi plenamente alcançada. De acordo com a revista *Época*, as mulheres ainda enfrentam disparidades salariais significativas em comparação com os homens, recebendo cerca de 70% do salário para realizar o mesmo trabalho, mesmo tendo a mesma formação (Prezotto, 2023).

A análise subjetiva utilizada por empregadores na contratação e promoção de funcionários frequentemente resulta em discriminação de gênero. Amauri Mascaro Nascimento destaca que é essencial considerar a finalidade do ato praticado pela empresa, não apenas a diferenciação de tratamento, para identificar situações discriminatórias (Da Luz & Simões, 2016).

Apesar dos avanços nas relações de trabalho em direção à equiparação entre homens e mulheres, especialmente em questões relacionadas à maternidade e amamentação, ainda há desafios a serem superados. Essa autoridade adquirida pelas mulheres também se reflete na esfera política, onde o princípio da igualdade permeia todos os segmentos de poder (Ferreira, 2019).

Após a Constituição de 1988, houve um aumento na representatividade feminina nas eleições subsequentes, indicando uma mudança gradual nos atos de machismo e um maior espaço para a igualdade, tanto no campo formal quanto no substancial (Lima *et al.*, 2022).

As representações políticas de gênero desempenham um papel importante na construção da identidade política das mulheres. A falta de modelos femininos de liderança política e a sub-representação das mulheres em cargos de poder podem contribuir para a percepção de que a política é um espaço dominado por homens, o que pode desencorajar as mulheres de se envolverem ativamente na vida política (Matos *et al.*, 2019).

É importante ressaltar que as percepções sociais e políticas de gênero não são estáticas e podem ser contestadas e transformadas ao longo do tempo. Movimentos feministas e de igualdade de gênero têm trabalhado para desafiar estereótipos de gênero e promover uma representação mais equitativa das mulheres na política (Da Araujo, 2022).

A presença e atuação de mulheres em posições de liderança política podem ajudar a desconstruir essas percepções e redefinir as normas de gênero na política. Quando as mulheres ocupam cargos de destaque na esfera política e demonstram liderança eficaz, elas podem servir como modelos inspiradores para outras mulheres, desafiando noções tradicionais de poder e autoridade (Garcia, 2023).

Entender as percepções sociais e políticas de gênero na construção da identidade política é essencial para promover uma participação política mais equitativa e inclusiva das mulheres. Isso requer não apenas o combate aos estereótipos de gênero e à sub-representação das mulheres na política, mas também o fortalecimento de uma cultura política que valorize e respeite a diversidade de experiências e perspectivas das mulheres na esfera pública.

Para efetivamente desafiar e transformar as percepções sociais e políticas de gênero, é necessário um esforço coletivo que envolva tanto políticas públicas quanto mudanças culturais mais amplas. Isso inclui a implementação de políticas de promoção da igualdade de gênero, como cotas de gênero e programas de capacitação política para mulheres (Lima *et al.*, 2022). Essas medidas visam não apenas aumentar a representação das mulheres na política, mas também criar condições equitativas para que elas possam exercer sua liderança de forma efetiva.

Sendo fundamental promover uma educação inclusiva e sensível ao gênero que desafie estereótipos e promova valores de igualdade e respeito mútuo desde cedo (Santos, 2015). Isso pode ajudar a criar uma nova geração de líderes políticas que estejam dispostas a desafiar normas de gênero e trabalhar pela igualdade de oportunidades na política.

A mídia também desempenha um papel crucial na construção das percepções sociais e políticas de gênero. É importante que a mídia represente as mulheres de forma justa e equilibrada, evitando estereótipos e destacando suas realizações e contribuições para a sociedade (Rodrigues, 2020). Isso pode ajudar a desconstruir imagens estereotipadas de mulheres na política e promover uma visão mais inclusiva e diversificada da liderança política feminina.

É essencial envolver os homens na luta pela igualdade de gênero na política. Os homens têm um papel importante a desempenhar no combate ao sexismo e na promoção de espaços políticos mais inclusivos e igualitários para mulheres (Da Luz & Simões, 2016). Isso requer o reconhecimento de privilégios masculinos e o apoio ativo às demandas das mulheres por igualdade de oportunidades na política.

A transformação das percepções sociais e políticas de gênero na construção da identidade política requer uma abordagem abrangente e multifacetada que envolva todos os setores da sociedade. Somente através de esforços colaborativos e sustentados será possível construir uma cultura política verdadeiramente inclusiva e igualitária, onde todas

as pessoas, independentemente de seu gênero, possam participar plenamente da vida política e democrática de suas comunidades.

As medidas afirmativas em vigor até o momento, destinadas a promover a participação feminina na política e equilibrar as candidaturas femininas com as masculinas, incluem estabelecer uma cota mínima de 30% para o registro de candidaturas por partidos políticos ou coligações (art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997). Além disso, há a alocação de no mínimo 5% dos recursos do Fundo Partidário para a promoção da participação política das mulheres (art. 44, V, da Lei 9.096/1995), a reserva de no mínimo 10% do tempo gratuito de propaganda partidária em rádio e televisão para incentivar a participação feminina na política (art. 45, IV, da Lei 9.096/1995), a veiculação de propaganda institucional pelo Tribunal Superior Eleitoral destinada a estimular a participação das mulheres na política (art. 93-A, da Lei 9.504/1997), e a destinação de pelo menos 5% e no máximo 15% dos recursos do Fundo Partidário para financiar as campanhas eleitorais de candidatas nas eleições de 2016, 2018 e 2020 (art. 9º da Lei 13.165/2015).

Diversas propostas têm sido sugeridas para aumentar a participação feminina na política. Entre as principais, destaca-se a Proposta de Emenda à Constituição nº 98/2015, que visa garantir uma porcentagem mínima de cadeiras legislativas para mulheres em legislaturas futuras. Outra proposta é a mudança do sistema eleitoral para lista fechada, que poderia ser eficaz na promoção da participação feminina, conforme sugerido por Caleffi e Salgado (2015). Além disso, a divisão da votação entre candidatos masculinos e femininos, uma proposta apresentada por Salgado (2016) para garantir uma representação mais equitativa.

Além dessas propostas, uma abordagem mais sutil poderia ser adotada, como a concessão de uma maior parcela do Fundo Partidário aos partidos que promovam a inclusão das mulheres na política. É evidente o interesse geral em concretizar a igualdade de gênero na política. Uma maneira de incentivar os partidos políticos a promover essa inclusão seria alterar a distribuição dos recursos do Fundo Partidário para dar mais peso aos votos obtidos por mulheres nas eleições para a Câmara dos Deputados. Para além disso, é crucial melhorar a educação política nas escolas, para que as futuras gerações estejam mais bem preparadas para compreender e exercer seus direitos políticos.

IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA NA AGENDA POLÍTICA E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A participação política das mulheres tem um impacto significativo na agenda política e nas políticas públicas, influenciando diretamente a representatividade e as decisões tomadas nos espaços de poder. Esse fenômeno é resultado de um processo contínuo de luta por igualdade de gênero e empoderamento feminino, conforme discutido por Alves (2016) e Ferreira (2019). A presença ativa das mulheres na política desafia as estruturas patriarcais e promove uma maior diversidade de perspectivas e experiências, como abordado por Da Luz e Simões (2016). No entanto, mesmo com os avanços alcançados, ainda persistem desafios significativos, como a sub-representação feminina e a violência política de gênero, conforme apontado por Costa et al. (2023) e Prezotto (2023).

A presença de mulheres na política tem o potencial de ampliar a agenda política para incluir questões de interesse das mulheres, como direitos reprodutivos, igualdade salarial, violência doméstica e representação política, como destacado por Da Araujo (2022). A representatividade feminina nos espaços de poder legislativo, executivo e judiciário contribui para uma governança mais inclusiva e sensível às necessidades de toda a sociedade, conforme observado por Lima et al. (2022) e Melo (2022).

A participação política das mulheres pode influenciar diretamente a formulação e implementação de políticas públicas, promovendo uma abordagem mais abrangente e sensível às questões de gênero, como discutido por Matos et al. (2019). Mulheres politicamente ativas têm mais probabilidade de advogar por políticas que promovam a igualdade de gênero, a justiça social e a inclusão, como argumentado por Garcia (2023) e Santos (2015).

A efetiva participação das mulheres na política não apenas contribui para uma representação mais equitativa, mas também fortalece a democracia, aumentando a legitimidade das instituições e promovendo uma sociedade mais justa e igualitária, conforme destacado por Rodrigues (2020). Assim, é fundamental continuar incentivando e apoiando a participação política das mulheres, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas contribuições valorizadas em todos os níveis de tomada de decisão política.

Essa valorização da participação política feminina é fundamental para enfrentar os desafios persistentes, como a desigualdade de gênero e a exclusão das mulheres dos processos decisórios. A implementação de medidas afirmativas, como cotas de gênero e incentivos para a candidatura e eleição de mulheres, é essencial para promover uma representação mais equitativa, como ressaltado por Da Costa e Gonçalves (2021). Essas

políticas contribuem para ampliar o acesso das mulheres aos espaços de poder e para garantir que suas vozes sejam ouvidas na formulação de políticas públicas, como mencionado por Da Araujo (2023).

A participação política das mulheres não se limita apenas à representação eleita, mas também engloba o ativismo cívico, o trabalho em organizações da sociedade civil e a mobilização comunitária. Essas formas de engajamento político permitem que as mulheres influenciam agendas políticas e promovam mudanças sociais em diversas áreas, como educação, saúde, meio ambiente e direitos humanos, conforme abordado por Santos (2015) e Lima et al. (2022).

É importante reconhecer que a participação política das mulheres não é homogênea e que as mulheres enfrentam diferentes barreiras e desafios com base em sua raça, etnia, classe social, orientação sexual, idade e outras identidades interseccionais. Portanto, políticas e programas que abordam essas interseccionalidades são essenciais para garantir uma participação política verdadeiramente inclusiva e representativa, como discutido por Da Luz e Simões (2016).

Na história do Brasil, a participação das mulheres na esfera política é um fenômeno relativamente recente, conforme destacado por (Da Araujo, 2022). Os primeiros sinais desse movimento datam do início do século XIX, principalmente através da emergência da imprensa feminina, como apontado por (Da Araujo, 2022). Esse período coincide com importantes transformações na sociedade brasileira, como explica (Da Luz & Simões, 2016), que atribui à chegada da Família Real Portuguesa em 1808 o surgimento da Imprensa Régia e o início da urbanização no país. Essa urbanização possibilitou uma nova percepção sobre o papel das mulheres na sociedade, como destacado por (Da Araujo, 2022).

Inspiradas pelo ressurgimento do movimento feminista na Europa, as mulheres brasileiras começaram a reivindicar seu espaço na esfera pública, conforme destacado por (Da Araujo, 2022). Esse novo feminismo questionava a noção tradicional de política, defendendo que o pessoal também é político, como evidenciado por (Da Luz & Simões, 2016). Esse movimento desafiou a dicotomia entre o público e o privado, colocando em pauta a opressão enfrentada pelas mulheres como uma questão política, como observado por (Garcia, 2023).

A imprensa feminina desempenhou um papel crucial nesse processo, trazendo ao Brasil as discussões que estavam em curso na Europa desde a Revolução Francesa,

como ressaltado por (Da Araujo, 2022). Um marco importante foi o manifesto "Dos Direitos das Mulheres e a Injustiça dos Homens", lançado por Nísia Floresta em 1832, que defendia a importância da educação científica para as mulheres, como mencionado por (Da Araujo, 2022).

No entanto, a educação das mulheres no Brasil era limitada, com poucas oportunidades de acesso ao conhecimento formal, conforme evidenciado por (MATOS *et al.*, 2019). A entrada das mulheres no mercado de trabalho durante a Revolução Industrial trouxe novos desafios, com elas enfrentando condições precárias e discriminação salarial, como apontado por (Ferreira, 2019).

A luta das mulheres por melhores condições de trabalho estava intrinsecamente ligada à busca por direitos políticos, incluindo o direito ao voto, como observado por (Melo, 2022). Nos Estados Unidos, Inglaterra e Brasil, Essa Luta Mobilizou Milhões De Mulheres, Como Mencionado Por (Prezotto, 2023). No Brasil, o direito ao voto foi conquistado em 1932, como destacado por (Rodrigues, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a análise histórica da participação política das mulheres no Brasil revela uma trajetória marcada por desafios, resistência e avanços significativos. Desde os primeiros movimentos sufragistas até os dias atuais, as mulheres têm lutado para conquistar espaço e voz na esfera política, alinhando-se aos princípios democráticos e buscando afirmar sua dignidade humana.

Os estudos revisados neste trabalho destacam a complexidade das questões enfrentadas pelas mulheres na política brasileira, incluindo desigualdades estruturais, discriminação de gênero e estereótipos arraigados na sociedade. Apesar dos avanços alcançados ao longo do tempo, como a conquista do direito ao voto e a presença crescente de mulheres em cargos políticos, ainda há muito a ser feito para garantir uma representatividade efetiva e igualdade de oportunidades na política.

A análise das fontes bibliográficas selecionadas revela a necessidade de políticas e estratégias mais eficazes para promover a participação plena das mulheres na esfera política. Isso inclui medidas para enfrentar a sub-representação feminina, promover uma cultura política mais inclusiva e combater o sexismo e a discriminação de gênero em todas as suas formas.

Ao adotar uma abordagem baseada em pesquisa bibliográfica, este estudo

oferece uma visão abrangente e embasada sobre as questões que afetam a efetividade da mulher na política brasileira. Espera-se que os insights e conclusões apresentados aqui possam contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas mais informadas e eficazes, visando alcançar uma participação política verdadeiramente igualitária e representativa para todas as mulheres brasileiras.

É fundamental reconhecer que a sub-representação das mulheres na política não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade democrática. A diversidade de experiências, perspectivas e vozes é essencial para a tomada de decisões políticas mais inclusivas e representativas, que atendam às necessidades e interesses de toda a população.

Nesse sentido, é importante que os esforços para promover a participação das mulheres na política sejam acompanhados por medidas concretas para enfrentar as barreiras estruturais e culturais que ainda existem. Isso inclui o estabelecimento de cotas de gênero, incentivos para a formação política e liderança das mulheres, campanhas de conscientização sobre os direitos políticos das mulheres e a implementação de políticas de conciliação entre trabalho e vida familiar.

A sociedade deve como um todo reconhecer e valorizar o papel das mulheres na política, combatendo estereótipos de gênero e promovendo uma cultura política mais inclusiva e igualitária. Isso requer o engajamento de todos os setores da sociedade, incluindo o governo, partidos políticos, organizações da sociedade civil, mídia e instituições acadêmicas.

Respondendo à pergunta problema do estudo, qual seja: Quais são as principais barreiras que ainda limitam a participação política efetiva das mulheres no Brasil, e como podem ser superadas? É possível concluir que as principais barreiras identificadas incluem estereótipos de gênero e a persistência de uma cultura patriarcal.

Esses estereótipos desencorajam a participação das mulheres na política ao questionar sua capacidade de liderar, relegando-as a papéis secundários na vida pública. Ademais, barreiras educacionais e econômicas também limitam o potencial das mulheres de se envolverem plenamente na política, com mulheres de menor nível educacional ou recursos econômicos tendo menos oportunidades de ascender a posições de liderança.

Outro empecilho significativo é a violência política de gênero e a discriminação, que dissuadem muitas mulheres de participarem ativamente na política. Tais práticas não apenas desencorajam as candidaturas femininas, mas também limitam a eficácia das que

conseguem se eleger.

Para superar essas barreiras, recomenda-se a implementação de políticas de ação afirmativa, como cotas de gênero, que podem aumentar a representatividade feminina em todos os níveis de governo. Além disso, campanhas de educação e conscientização são essenciais para combater os estereótipos de gênero e promover uma cultura de igualdade de gênero.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Elizete Lanzoni. A mulher e sua efetiva participação política no Estado Democrático de Direito. **Resenha Eleitoral**, v. 20, n. 1, p. 153-170, 2016.
- DA COSTA, Ana Paula Guedes do Nascimento et al. **Violência política de gênero e a participação de mulheres na política**. 2023.
- DE ARAUJO, Gabriela Shizue Soares. MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: **Desafios rumo à democracia paritária participativa**. Arraes Editores, 2022.
- DE ARAUJO, Gabriela Shizue Soares. Participação Feminina na Política no Brasil e os Desafios rumo à Democracia Paritária Participativa. **Direitos Democráticos & Estado Moderno**, v. 1, n. 7, p. 152-162, 2023.
- DE COSTA, Ricardo Sérvulo Fonsêca; GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Participação da mulher na política brasileira. **Direito e desenvolvimento**, v. 12, n. 1, p. 97-111, 2021.
- DA LUZ, Cicero Krupp; SIMÕES, Bárbara Helena. “Sim, elas podem!” Os avanços e entraves na representatividade política como empoderamento feminino no Brasil e na Índia. **Revista Eletrônica Direito e Sociedade-REDES**, v. 4, n. 2, p. 69-89, 2016.
- FERREIRA, Maria Mary. SUB-REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA NO BRASIL: REFLEXOS DE UMA CULTURA PATRIARCAL?. In: **The overarching issues of the European space: A strategic (re) positioning of environmental and socio-cultural problems?**. Faculdade de Letras, 2019. p. 209-223.
- GARCIA, Leticia Giovanini. Mulheres, Política e Direitos Políticos: Atualizada de acordo com a EC 117/22 (aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres) e Leis n. 14.192/2021 e. **Almedina Brasil**, 2023.
- LIMA, Jairo; CIRINO, Samia Moda; FELICIANO, Julia. Representatividade de mulheres no Brasil e Argentina: de excluídas da esfera política a eleitas sem paridade de participação. **Estudios de Derecho**, v. 79, n. 174, p. 88-116, 2022.
- MATOS, Beatriz Pereira de et al. **A sub-representação feminina na câmara federal (1991-2019): uma discussão sobre a efetividade do princípio da igualdade**. 2019.
- MELO, Livia Nunes de. **Participação feminina na política: uma análise da produção feminina de políticas públicas para mulheres no município de Fortaleza**. 2022.
- PREZOTTO, Juliana Luiz. **A Participação da Mulher na Política Brasileira: Lutas e Desafios para a Efetivação de Direitos**. Editora Thoth, 2023.
- RODRIGUES, ALINE ROCHA. Comportamento eleitoral feminino: mulheres votam em mulheres?. **Justiça Eleitoral em Debate**, v. 10, n. 1, 2020.
- SANTOS, Jahyra Helena Pequeno dos. **Participação política feminina: a busca da igualdade de gênero**. 2015.